



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIAIS, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO

CAMILA BARBOSA FRANCO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE
CASO DO HOTEL VERDEGREEN

FORTALEZA
2016

CAMILA BARBOSA FRANCO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE
CASO DO HOTEL VERDEGREEN

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciência Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

F895d Franco, Camila Barbosa
Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental: um estudo de caso do Hotel VerdeGreen / Camila Barbosa Franco - 2016.
49 f.: il.
Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral.

1.Desenvolvimento sustentável 2.Gestão ambiental 3.Indústria hoteleira I. Título

CAMILA BARBOSA FRANCO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE
CASO DO HOTEL VERDEGREEN

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Isabel de Araújo Furtado
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha mãe e minha avó, professores e amigos que tanto me ajudaram ao longo desse caminho tão árduo da graduação.

AGRADECIMENTOS

Não é sem uma estranha mistura de alegria e luto que se acaba meu período de graduanda. Foram alguns anos de muito esforço e dedicação, alguns reveses e algumas vitórias. Ao longo desse período não posso deixar de expressar meus agradecimentos a pessoas que foram fundamentais nesse período da minha vida.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, em suas diversas formas de expressão em minha vida, que me deu forças para seguir mesmo nos momentos mais difíceis.

Em seguida não posso deixar de expressar todo meu amor à minha mãe e minha avó pelo amor, companhia e a compreensão. Nos momentos de incerteza, dúvidas e turbulência o porto seguro dessas gigantes eram a certeza de que com força e fé os problemas acabariam.

Agradeço também àquela que lutou (e ainda luta) incansavelmente pela construção de um “mundo em que sejamos socialmente iguais, humanamente diferente e totalmente livres”, a eterna “Professora” Isabel Furtado. Trabalhamos juntas por um bom tempo e da experiência que tive só trago boas experiências e aprendizados que extrapolam a Academia.

Também agradeço aos meus amigos de faculdade, particularmente a Felipe Lopes, Roseanne Barros e Antonio Mota, os “abigos da fubaça”.

Não poderia também deixar de agradecer aos amigos de trabalho do Marina Park Hotel que me incentivaram e me deram forças, principalmente a Lilian Lima, Márcia Martins, Cláudia Brandão, Iara Andrade e Suely Torres.

*Mas não se preocupe meu amigo
Com os horrores que eu lhe digo
Isso é somente uma canção
A vida realmente é diferente
Quer dizer!
Ao vivo é muito pior...*

(Belchior)

RESUMO

O rápido aumento populacional acompanhado de um de crescimento econômico centrado no lucro e desvinculado das necessidades humanas reais tem provocado uma grande pressão sobre os sistemas ambientais por meio da exploração e do consumo excessivo dos recursos naturais, desmatamento de florestas, mudanças climáticas regionais e globais e os diversos tipos de poluição trazendo riscos para todos os seres vivos, inclusive para o ser humano. Diante desse contexto, pretende-se responder ao seguinte questionamento: como é feito o processo de aplicação do sistema de gestão ambiental em uma empresa hoteleira dividida em quatro seções? Assim, este trabalho tem como objetivo geral fazer uma análise do processo de aplicação do sistema de gestão ambiental em uma empresa hoteleira dividida em quatro seções. Como objetivos específicos, busca-se: a) descrever a origem e evolução do desenvolvimento sustentável; b) identificar as etapas do ISO14000 na empresa VerdeGreen Hotel; e, c) identificar os principais desafios da sustentabilidade. Para alcançar esses objetivos buscou-se desenvolver a evolução histórica e o conceito de desenvolvimento sustentável, assim como de gestão ambiental e como essa temática é tratada no hotel VerdeGreen. Ao final da pesquisa constatou-se que o discurso da sustentabilidade é incorporado às empresas, mas subsumido à lógica capitalista e passa a ser tomado como uma forma de conseguir vantagens competitivas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Gestão Ambiental. Setor Hoteleiro.

ABSTRACT

The rapid population growth accompanied by economic growth centered on profit and detached from the real human needs has caused great pressure on environmental systems through exploitation and excessive consumption of natural resources, deforestation of forests, regional climate changes and global and the various types of pollution bringing risks for all living beings, including humans. In this context, we intend to answer the following question: how is the procedure for applying the environmental management system in a hotel company divided into four sections? This work has as main objective to analyze the application process of the environmental management system in a hotel company divided into four sections. The specific objectives, seek to: a) describe the origin and evolution of sustainable development; b) identify the stages of ISO14000 the company Verdegreen Hotel; and c) identify the main challenges of sustainability. To achieve these objectives we sought to develop the historical evolution and the concept of sustainable development as well as environmental management and how this issue is treated in hotel Verdegreen. At the end of the study it was found that the discourse of sustainability is incorporated enterprises, but subsumed to capitalist logic and is now taken as a way to achieve competitive advantage.

Keywords: Sustainable Development. Environmental management. Hotel sector.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Número de leitos no Ceará em 2009.....	34
Mapa 2 - PIB per capita do Ceará em 2007	35

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Sete aspectos principais do conceito de sustentabilidade	15
Quadro 2 - Desafios para a sustentabilidade	19
Quadro 3 - Consumo Sustentável	24
Quadro 4 - Três abordagens possíveis para a gestão ambiental empresarial	29
Quadro 5 - Família ISO14000	30
Tabela 1 – Resultado da pesquisa	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema PDCA.....	31
Figura 2 - Etapas da certificação ISO14001.....	32

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DIMENSÃO HISTÓRICA E SEUS CONCEITOS	15
2.1	Desenvolvimento sustentável: origem e evolução	16
2.2	Sustentabilidade no século XXI	21
3	SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL	26
3.1	Uma breve descrição da gestão ambiental	26
3.2	As formulações sistêmicas da gestão ambiental (SGA)	28
3.3	O sistema ISO 14001	30
3.4	A questão da sustentabilidade no ramo hoteleiro	33
4	UM BREVE ESTUDO DE CASO DO HOTEL VERDEGREEN	38
4.1	Apresentação	38
4.2	A Política Ambiental do VerdeGreen	39
5	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICE	47

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial, o desenvolvimento econômico e tecnológico aliado à grande capacidade do homem de interferir na Natureza determinaram uma série de profundas transformações na sociedade moderna, com reflexos negativos sobre o meio ambiente.

O rápido aumento populacional, acompanhado de um de crescimento econômico centrado no lucro e desvinculado das necessidades humanas reais, tem provocado uma grande pressão sobre os sistemas ambientais. Essa tendência se dá por meio da exploração e do consumo excessivo dos recursos naturais, desmatamento de florestas, mudanças climáticas regionais e globais e os diversos tipos de poluição trazendo riscos para todos os seres vivos, inclusive para o ser humano (OLIVEIRA FILHO, 2010).

Nesse contexto, surge a ideia do desenvolvimento econômico aliado ao desenvolvimento sustentável fundamentado pelas dimensões sociais e ambientais com base no uso racional dos recursos (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

A definição de desenvolvimento sustentável, de acordo com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988), está ligada à capacidade de satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Desta forma os governos, sejam eles das esferas municipais, estaduais ou federais devem elaborar normas que imponham limites aceitáveis para a emissão de poluentes, resíduos, água, esgoto entre outras.

A *International Organization for Standardization* (ISO) é um organismo não governamental com sede em Genebra que cria normas que estabelecem padrões de desenvolvimento internacional. A Associação Brasileira de Normas de Pesquisa (ABNT) é a representante da ISO no Brasil. Dentro desse contexto, a ISO criou a ISO 14000 que é um conjunto de famílias de normas que estabelecem ferramentas e sistemas de administração ambiental padronizando ferramentas-chave de análise como: auditoria ambiental, rotulagem ambiental, análise do ciclo de vida entre outras.

Todo esse conjunto de normas parte de um eixo central que é a norma ISO 14001, que indica os requisitos necessários para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O objetivo é conduzir as organizações dentro de um SGA certificável, estruturado e integrado à atividade geral de gestão definindo os

requisitos que quaisquer organizações, independente do tipo e tamanho devem apresentar.

No caso específico das empresas hoteleiras, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), organização ligada ao Ministério do Turismo, uma das responsáveis pela fiscalização e classificação de hotéis preocupou-se, a partir de 1999, em inserir em sua Matriz de Classificação um item específico sobre ações ambientais, onde se faz determinadas exigências para o desenvolvimento de projetos hoteleiros.

Segundo Vale (2010) o hotel, é visto como uma instituição geradora de resíduos dos mais variados tipos. Por esse motivo, faz-se necessário que o conceito de gestão ambiental seja implantado ainda durante o desenvolvimento do projeto do empreendimento, voltados para atender as condições específicas do entorno e para preservação dos recursos naturais.

O Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) cuja classificação vai de 1 a 5 estrelas, apresenta requisitos que são divididos em obrigatórios e eletivos. O meio de hospedagem para ser classificado na categoria pretendida deve demonstrar o atendimento a 100% dos requisitos obrigatórios e a 30% dos requisitos eletivos.

Para atender a essa classificação, os requisitos estão divididos em três conjuntos: infraestrutura, que se refere aos requisitos vinculados às instalações e aos equipamentos; Serviços, que trata dos requisitos vinculados à oferta de serviços; e, Sustentabilidade que está vinculado às ações de sustentabilidade (SEBRAE, 2014).

Como forma de atingir o novo nicho de mercado composto por consumidores que exigem serviço e produtos dentro dos padrões sustentáveis, algumas empresas estão utilizando esta classificação como diferencial de competitividade em um mercado cada dia mais competitivo e seletivo.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral fazer uma análise do processo de aplicação do sistema de gestão ambiental em uma empresa hoteleira.

Como objetivos específicos, busca-se: a) descrever a origem e evolução do desenvolvimento sustentável; b) identificar as etapas do ISO14000; e, c) identificar os principais desafios da sustentabilidade.

Assim, além da introdução e conclusão, a pesquisa está estruturada em mais três seções.

A primeira será analisada a dimensão histórica e os vários conceitos de desenvolvimento sustentável.

A segunda seção destina-se ao estudo da norma ISO e os requisitos necessários para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas empresas.

Na terceira seção apresenta-se todo o Sistema de Gestão Ambiental utilizado no Verdegreen Hotel.

Ressaltando que o objeto de estudo foi agraciado entre os 34 hotéis sustentáveis do Brasil com o selo de sustentabilidade “Um trevo verde, com quatro folhas” do Guia Quatro Rodas ¹ em 2010, que corresponde a uma certificação lançada pelo guia em 2008, que indica os estabelecimentos que adotam medidas de preservação ambiental e participam de projetos sociais junto à comunidade local bem como têm suas ações voltadas para a implantação do ISO 14001.

Ao final da pesquisa apresentam-se as conclusões da pesquisa, fazendo uma análise crítica do uso da ferramenta de qualidade (Sistema de Gestão Ambiental) no Verdegreen Hotel.

¹ Os critérios são elaborados a partir das regras do **Leed - Leadership in Energy and Environmental Design**, dos Estados Unidos, e do **Green Star Accreditation**, da Austrália, referências mundiais na certificação de empreendimentos sustentáveis. NUNES, Mônica. **Planeta sustentável**. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/caracteristicas-hotel-sustentavel-599063.shtml>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DIMENSÃO HISTÓRICA E SEUS CONCEITOS

Os países, dentre eles Dinamarca, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Suécia vêm cada vez mais compreendendo que é possível lucrar tendo uma consciência sustentável, isso porque a base de uma sociedade mais justa e ao mesmo tempo sustentável é a sustentabilidade econômica, além de estar contribuindo na geração várias outras possibilidade dentro dos setores sociais (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Como um dos principais agentes responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico sustentável, as empresas despertam para a importância de exercer sua cidadania na construção de um mundo melhor, por meio de ações orientadas para a proteção do meio-ambiente, pela valorização dos direitos humanos, contra a exclusão social, pela melhoria na saúde e na educação (MELO NETO; FROES, 2005).

O desenvolvimento sustentável é caracterizado como uma evolução de uma ideia antiga de agrupar as necessidades de uma igualdade entre gerações, envolvendo também bem-estar e não simplesmente a comparação de renda.

Segundo Veiga (2005, p. 121-122), o conceito de sustentabilidade comporta sete aspectos principais, como pode ser visto no quadro 1:

Quadro 1 - Sete aspectos principais do conceito de sustentabilidade

Sustentabilidade Social	Melhoria da qualidade de vida da população, equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais, com participação e organização popular
Sustentabilidade Econômica	Públicos e privados, regularização do fluxo desses investimentos, compatibilidade entre padrões de produção e consumo, equilíbrio de balanço de pagamento, acesso à ciência e tecnologia
Sustentabilidade Ecológica	O uso dos recursos naturais deve minimizar danos aos sistemas de sustentação da vida: redução dos resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de material
Sustentabilidade Cultural	Respeito aos diferentes valores entre os povos e incentivo a processos de mudança que acolham as especificidades locais
Sustentabilidade Espacial	Equilíbrio entre o rural e o urbano, equilíbrio de migrações, desconcentração das metrópoles, adoção de práticas agrícolas mais inteligentes e não agressivas à saúde e ao ambiente manejo sustentado das florestas e industrialização descentralizada

Sustentabilidade Política	No caso do Brasil, a evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, construção de espaços públicos comunitários, maior autonomia dos governos locais e descentralização da gestão de recursos
Sustentabilidade Ambiental	Conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e integração social. Abarca todas as dimensões anteriores através de processos complexos

Fonte: Veiga (2005, p. 121-122)

Segundo o referido autor, alguns aspectos da sustentabilidade estão diretamente relacionados às ações básicas do dia a dia, principalmente no que diz respeito à Sustentabilidade Ecológica e Sustentabilidade Econômica. Assim, diante dessa abordagem inicial, segue-se abordando sua origem e evolução ao longo dos anos.

2.1 Desenvolvimento sustentável: origem e evolução

A origem e evolução do desenvolvimento confundem-se com a própria disseminação do ponto de vista da necessidade de implantação de um novo modelo econômico, o qual deve ter como base ações mais sociais por meio de visões mais sistêmicas, questionando o padrão de acumulação de capital vigente. Segundo Franco (2002, p. 17), “tais visões foram se formando a partir do encontro de várias contribuições, que vão desde a experiência das comunidades alternativas, passando pelo movimento socioambiental, até a chamada ação cidadã”.

Nessa linha, algumas pessoas, dentre elas defensores dos direitos humanos começaram então a indicar a necessidade de se desenvolver experiências cidadã que, sem perder de vista o objetivo de propagar a vida, que captassem as carências humano-sociais básicos como um todo e atuassem, desde várias frentes, de maneira integrada e convergente.

Foi crescendo a convicção de que era necessário fazer incidir a ação cidadã na coletividade onde moram os excluídos, estabelecendo espaços ético-políticos alternativos de desenvolvimento das origens do local; compatíveis com a escala humana, das pessoas, ou seja, capazes de possibilitar a efetivação daqueles laços de solidariedade que devem promover as suas vidas (SILVEIRA, 2002).

Franco (2002) destaca que os governantes também estão investindo no tratamento da política social de forma que começa a romper com o modelo

tradicionalista, que analisava a problemática envolvida, incorporando, em suas estratégias e programas, a necessidade de descentralizar, melhor articular, convergência e focar no desenvolvimento de ações em locais determinados, assumindo a necessidade do estabelecimento de uma parceria mais formal com o empresariado e com a sociedade civil e com a participação da sociedade em um todo. No entanto, na prática, a realidade apresenta-se de forma diferente, em que se percebe principalmente uma grande desigualdade social.

Nesse período, percebeu-se também o surgimento de novas organizações de caráter não-governamental, principalmente destinadas à inovação social, ou seja, ao desenvolvimento de novos modelos sócio produtivos a serem realizados em comunidades locais.

Por meio de uma iniciativa do industrial italiano Aurélio Peccei, no ano de 1968, foi criado o Clube de Roma, dando início aos primeiros debates sobre eco desenvolvimento. O objetivo do clube era estudar a complexidade dos problemas que desafiavam a humanidade, entre eles, a pobreza em meio à riqueza, bem como a destruição do meio ambiente, incluindo ainda outras rupturas econômicas e monetárias.

De acordo com Krüger (2015, p. 1):

o clube era composto por cientistas, pedagogos, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos, que conjecturavam a possibilidade de compreender o mundo como um sistema e analisá-lo como um todo, debatendo sobre a crise existente como também o futuro da humanidade.

O mencionado teórico ainda destaca que o resultado das reuniões desse grupo gerou um documento publicado pela primeira vez no ano de 1972, chamado de “Os Limites do Crescimento”, que apresentava a ideia de se conquistar uma estabilidade global fundamentada em limites ao desenvolvimento populacional, bem como no crescimento da economia dos países menos desenvolvidos e um cuidado maior com os problemas do meio ambiente.

Todavia, tal documento gerou um grande impacto entre os cientistas, por expor um panorama catastrófico de como seria o planeta, caso continuasse o padrão de desenvolvimento apresentado na época. Percebe-se que, após a apresentação desse relatório, outros passaram a surgir com mais frequência, alertando para uma urgente mudança no padrão de desenvolvimento vigente.

Em suas análises, Oliveira Filho (2016) faz menção à Conferência de Estocolmo² que na época foi designada como “abordagem do eco desenvolvimento” e, posteriormente, renomeado “desenvolvimento sustentável.” Assim, constata-se a similaridade de desenvolvimento sustentável com os preceitos do eco desenvolvimento.

Oliveira Filho (2016, p. 8) analisa o tema afirmando que:

O fator diferenciador entre eco desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, reside a favor deste último quanto à sua dimensão, globalizante, tanto desde o lado do questionamento dos problemas ambientais como a ótica das reações e soluções formuladas pela sociedade. Num sentido abrangente, a noção de que a sustentabilidade leva à necessária redefinição das relações sociedades humanas/natureza, portanto uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para ação.

Diante dos vários alertas, em 1983, foi criada pelo então presidente da Organização das Nações Unidas, Gro Harlem Brundtland, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento responsável pela apresentação no ano de 1987, do conceito de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Layrargues (2004, p. 8), esse conceito visa:

[...] propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo para ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial.

Corroborando com esse entendimento, ao analisar o desenvolvimento local sustentável ao final dos anos 80, Franco (2002, p. 20) menciona que:

² Conferência de Estocolmo: A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia, foi a primeira Conferência global voltada para o meio ambiente, e como tal é considerada um marco histórico político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais (PASSOS, 2009, p. 1).

Mais recentemente, as reflexões de vários teóricos contemporâneos nas áreas de sociologia, da política, da antropologia social, da geografia e do urbanismo, sobre o poder local e as políticas públicas, sobre a formação de identidades socioculturais locais sobre a conformação das novas territorialidades, sobre a conformação das novas territorialidades e sobre a distribuição espacial do desenvolvimento, sobre o habitat como totalidade sistêmica, enfim, sobre o surgimento de novos espaços de vivência integral, de moradia e sócio produtivos, de lazer e de ócio, têm introduzido novos conceitos que possibilitam um tratamento mais sistemático da questão do desenvolvimento local.

Detalharam-se, então, os principais desafios e os esforços comuns, incluindo a administração das diversas áreas; paz, segurança, desenvolvimento e o meio ambiente; propostas de mudança institucional e legal.

De acordo com os estudos realizados por Oliveira Filho (2016, p. 6), na sustentabilidade, os principais desafios são:

Quadro 2 – Desafios para a sustentabilidade

Satisfazer necessidades do presente	O relatório (dos anos 80) pede prioridade para a satisfação das necessidades essenciais dos pobres. E ressalta: um grande número de pessoas dos países em desenvolvimento carece de alimentos, roupas, habitação, emprego. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida
Necessidades das futuras gerações	Propõe-se que só se garantirá a sustentabilidade, se as políticas de desenvolvimento permitirem o acesso aos recursos a todos os países, bem como a distribuição de custos e benefícios resultantes. E lembra: neste processo, é preciso considerar as limitações do estágio de tecnologia e da organização social de cada país
Desenvolvimento Sustentável	Supõe uma transformação progressiva da economia e da sociedade, sendo preciso levar em conta a questão da sustentabilidade em todas as nações - desenvolvidas ou em desenvolvimento

Fonte: Oliveira Filho (2016, p. 6)

Em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, em comemoração ao vigésimo aniversário da Conferência de Estocolmo, foi realizada a conferência mundial, para debater sobre o tema de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, a qual foi cognominada Eco 92 ou Rio 92, que acabou sendo considerado como marco global, tendo ainda a participação de representantes governamentais de todo o mundo.

Mais recentemente, defende-se a necessidade de desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS. Essa ideia foi lançada em 1997, pelo Conselho da Comunidade Solidária, defendendo tanto o ideal econômico como uma visão mais sistêmica do desenvolvimento local e humano. Ao conceituar a DLIS, Franco (2002,

p. 43) afirma que “nada mais é do que uma metodologia, *lato sensu* – ou uma estratégia, no sentido do operativo – para desencadear este processo”.

Ao complementar essa análise, Franco (2002, p. 23) destaca que:

Partindo de evidências sobre os limites socioambientais dos padrões de produção e consumo, situa-se, neste último campo, a chamada vertente sustentabilística, para a qual o local atua como elemento de transformação sociopolítico-econômica, representando o lócus privilegiado para novas formas de solidariedade e parceria entre os atores, em que a competição cede espaço à cooperação.

Atualmente, o desenvolvimento local integrado e social é muito usado, pois leva-se em consideração as diferenças existentes entre cada comunidades locais existente e suas necessidades, podendo para um melhor aproveitamento adaptar suas ações tanto ao contexto econômico como no social, ambiental e humano.

Com base nas pesquisas realizadas por Franco (2002), Cavalcante (2004, p. 82) menciona que os principais elementos dos processos de DLIS são:

- Sensibilização da sociedade local e capacitação de agentes para a gestão do processo de desenvolvimento local;
- Montagem e capacitação do fórum, conselho ou agência de desenvolvimento local;
- Escolha e capacitação da equipe gestora local;
- Elaboração do diagnóstico participativo local;
- Formulação do plano de desenvolvimento local;
- Construção da agenda básica local; e,
- Celebração do pacto de desenvolvimento local.

Para que o DLIS seja realizado a contento, é preciso que haja a oferta de recursos federais, estaduais e municipais, além da participação efetiva da iniciativa privada e, se possível, de Organizações Não Governamentais - ONG's vinculadas à comunidade. Para isso, é fundamental que haja a implantação, monitoramento e avaliação contínua dos projetos e ações desenvolvidas.

É importante destacar mesmo sendo evidenciada a importância da conscientização sobre a responsabilidade social no meio empresarial brasileiro e apesar das diversas práticas sociais desenvolvidas, percebe-se a existência de inúmeras lacunas nas relações das empresas com o desenvolvimento social do país.

Apesar de a responsabilidade social ser um dos temas que mais vem ganhando espaço nas gestões das entidades empresariais, seu conceito ainda é confundido com o de filantropia. Esta responsabilidade é um modo especial de administrar os interesses de uma organização, de tal maneira que tenta torná-la parceira agente e corresponsável pelo desenvolvimento social, trazendo benefícios a todos os envolvidos (SILVEIRA, 2002). Como tal, pode e deve ser vista como investimento em estratégias de negócio, instrumento de gestão e sistema de operacionalização, e não apenas como postura legal ou filantrópica.

Devido à crescente preocupação com o meio ambiente, na África do Sul, em 2002, realizou-se, na cidade de Joanesburgo, uma das mais importantes conferências mundiais para debater sobre o tema Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, cognominada Rio+10. Ao final desse encontro, foi organizado um documento denominado Protocolo de Kioto³, o qual firmava o compromisso com países com elevado nível de industrialização, por conseguinte maiores consumidores de recursos naturais e ainda causadores de resíduos poluentes para desenvolver ações em prol do desenvolvimento sustentável em todo os países.

2.2 Sustentabilidade no século XXI

A sustentabilidade é um tema que vem sendo debatido há vários anos, destacando a necessidade de ensinar a sociedade dentro de um enfoque ambientalista.

Cavalcante (2004) expõe um esboço a respeito do prejuízo de qualidade de vida causada pela utilização indistinta e exagerada de alguns produtos químicos e as implicações do mau uso sobre os recursos ambientais.

Corroborando com esse entendimento, Gradwohl (2005, p. 15) afirma que:

O início do século XXI está sendo marcado por profundas inovações que afetam nossas experiências de consumo, como a globalização, o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, o comércio através da internet, a biotecnologia, o debate ambientalista etc. Ao mesmo tempo,

³ O Protocolo de Kyoto é consequência de uma série de eventos iniciada com a Toronto *Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo IPCC's *First Assessment Report* em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992). Também reforça seções da CQNUMC.

novos tipos de protestos e reações ao consumismo emergem, exigindo uma nova postura do consumidor.

Em 1968 foi instituído o Clube de Roma, que surgiu da necessidade de debater os problemas do planeta. Neste encontro, membros da comunidade científica de alguns países desenvolvidos falaram a respeito dos recursos naturais não renováveis, como preservar e como consumir sem desperdiçar, bem como, o aumento da população mundial até metade do século XXI. Como resultado foi publicado o livro *The Limits of Growth* (Os Limites do Crescimento), que por muitos anos serviu de referência mundial a muitas políticas e projetos ambientais (GRADVOHL, 2005).

A Conferência da ONU em Estocolmo (Suécia, 1972) foi assinalada pela Declaração sobre o Ambiente Humano, no qual apresentou um Plano de Ação Mundial com a finalidade de estimular e informar as pessoas quanto à necessidade de preservar e adquirir melhores condições no ambiente humano (BOFF, 2004).E seguiram outros acontecimentos, dentre os quais podem ser citados: a Carta de Belgrado⁴, a Conferência Intergovernamental em Tbilisi⁵, o Congresso Internacional de Moscou⁶ e marcando o final do século XX tem-se a Conferência conhecida como Rio-92 ou Eco-92⁷.

Observam-se em todos esses encontros internacionais que o objetivo principal é de sensibilizar governantes, população e ambientalistas com isso verifica-se que houve até certo ponto uma direção mais positiva em diversos países, onde leis e decretos foram alterados, programas de governo destinados à educação ambiental foram criados, novas ideias pedagógicas surgiram. Assim a ampliação de novas sabedorias e aprendizados deu continuidade à Gestão Ambiental para o século XXI (CAVALCANTE, 2004).

Existem dois cenários em que a Gestão Ambiental pode ser vista: cenário ecológico preservacionista e cenário socioambiental. No primeiro cenário absorvido

⁴ Ano de 1975: apontava uma nova ética global, a fim de acabar por completo com a fome, a pobreza, a poluição, analfabetismo.

⁵ Ano de 1977: impulsionada pelo UNESCO esta conferência sobre Educação Ambiental sugeriu uma política de educação ambiental a nível mundial, dentre outras medidas pediu que os países trocassem experiências e informações de cunho ambiental.

⁶ Ano de 1987: Congresso em Educação e Formação Ambientais, tendo como destaque o documento intitulado Elementos para uma Estratégia Internacional de ação em Matéria de Educação e Formação Ambientais para o decênio de 1990.

⁷ Ano de 1992: seu destaque foi o documento Agenda 21, onde apresenta a importância dos países com o seu compromisso global e local, visando à ética, inclusão social, desenvolvimento sustentável entre outros.

em alterar o comportamento pessoal em relação à natureza e no segundo preocupado com o indivíduo no ambiente social e natural (BOFF, 2004).

Independente do cenário sugere-se que a Gestão Ambiental crie nos cidadãos um conhecimento crítico. Que se achem movidos a apresentar soluções de maneiras contextualizadas para benefício da qualidade de vida levando em consideração a problemática socioambiental.

Além de distinguir valores e explicar conceitos, a Gestão Ambiental de modo crítico esclarece as condições históricas ao qual provocou o colapso ambiental dos nossos dias, com este entendimento é possível lutar em defesa dos direitos de usufruir os benefícios naturais que o mundo apresenta bem como utilizar de forma consciente tais recursos (CAVALCANTE, 2004).

Quando analisada a situação brasileira observa-se que apesar de admitir a necessidade de se ter uma decisão e de que também Constituição Brasileira de 1988 enfatiza isso, até os anos 90 ainda não havia uma política em nível nacional sobre a Gestão Ambiental.

Segundo Carvalho (2004, p. 18), deve haver transformações intensas em muitas definições do procedimento de reverter às consequências advindas com ações que geram um colapso ambiental. Nesse contexto, entende-se que, o título desenvolvimento sustentável deixou de ser a única opção para evitar tais alterações, tratando atualmente de “consumo sustentável”.

Esse termo, consumo sustentável, que passou a ser divulgado com a Agenda 21 na Conferência Rio-92 e que passou a ser o ponto chave para as discussões sobre o meio ambiente no início deste século. Mas o que é consumo sustentável?

- É o que atende as necessidades da geração atual sem prejuízo para as gerações futuras. É saber usar para nunca faltar!
- É saber aprimorar suas escolhas, optando por produtos ecologicamente corretos e socialmente justos!
- Nos países em desenvolvimento, além de não prejudicar o meio ambiente, consumo sustentável significa também garantir que todos e todas tenham acesso ao consumo de produtos e serviços que atendam às suas necessidades básicas de consumo (CARTILHA CONSUMO SUSTENTÁVEL, 2015, p. 1).

No entanto, ainda considera-se como um desafio para as mudanças de atitude, o reciclar mais ou o consumir de forma consciente. Nesse sentido, elegeram-se alguns produtos tidos como essências para “permanecia” do homem no planeta,

no sentido de serem bem administrados. O quadro 3 apresenta algumas maneiras de consumo sustentável de alguns destes itens:

Quadro 3 - Consumo Sustentável

PRODUTOS ESSÊNCIAS	CONSUMO SUSTENTÁVEL
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir uso de água potável na produção agrícola/industrial. - Não contaminar os cursos de água. - Esgotos tratados em estações de tratamento. - Optar por produtos fabricados em condições ambientais adequadas.
AGRICULTURA ORGÂNICA ⁸	<ul style="list-style-type: none"> - Modificar o hábito de consumo de carnes vermelhas por legumes, peixe e soja. - Divulgar as vantagens de consumo e produção de produtos orgânicos. - Aplicar sistema de rotatividade dos cultivos.
FLORESTAS	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir a emissão de gás carbônico. - Recuperar e preservar as florestas. - Realizar plantação de novas áreas. - Uso de madeira originária de florestas certificadas.

Fonte: Cartilha Consumo Sustentável (2015)

Além dos listados no quadro, ainda pode-se dar atenção às fontes de energias renováveis (solar, hidráulica, eólica e geotérmica) ou que podem se renovar (lenha, cana-de-açúcar).

E quanto ao lixo? O que fazer? Como fazer? Recicle e reutilize. Pois lixo deixado em lugares impróprios ou se for arrecadado com deficiência ocasiona contaminações, doenças, obstrução das redes de esgotos, etc.

Dicas simples como reutilizar sacolas plásticas ou caixas de embalagens, fabricar objetos com materiais usados, colocar o lixo em depósitos adequados, podem fazer a diferença. “A reciclagem reduz o consumo de recursos naturais, poupa água e energia e diminui o volume de lixo e poluição, além de ser uma atividade econômica rentável!” (CARTILHA CONSUMO SUSTENTÁVEL, 2015, p.19).

Quando não reaproveitado, a natureza se encarrega na decomposição, mas isso pode levar meses, anos, décadas, ou mais, dependendo do material:

Papel: de 3 a 6 meses
Panos: de 6 meses a um ano

⁸ Trata-se da agricultura ecológica sem fertilizantes químicos nem agrotóxicos, com o princípio de preservar o meio ambiente.

Filtro de cigarro: mais de cinco anos
Madeira pintada: mais de 13 anos
Náilon: mais de 20 anos
Metal: mais de 100 anos
Alumínio: mais de 200 anos
Plástico: mais de 400 anos
Vidro: mais de mil anos
Borracha: indeterminado (Site TERRAZUL, 2015, *on line*)

A opção é do próprio homem: desenvolver uma união plena para cuidar do planeta e de seus habitantes, ou continuar caminhando para nossa própria destruição e também da diversidade da vida. As alterações de atitudes, valores e estilos de vida são fundamentais e devem contar com o comprometimento de todos, pois ao agir isoladamente, as metas não são alcançadas.

A humanidade do século XXI conta com tecnologia de ponta e bastante conhecimento, e estes podem ser aliados fortes para estabelecer as medidas necessárias, superar os impactos ambientais já existentes e promover uma atitude de vida sustentável para a geração atual, bem como para as futuras.

3 SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Como forma de garantir a certificação das práticas ambientais das empresas, paulatinamente foram criadas ferramentas de padronização e avaliação dessas práticas.

Da necessidade de se passar de práticas ambientais pontuais e descoordenadas para um conjunto articulados que surge o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), uma ferramenta de administração “para amenizar ou impedir impactos negativos das atividades econômicas sobre a natureza” (CURI, 2011, p. 120). Assim, ao longo dessa seção pretende-se fazer uma abordagem sobre SGA e a respeito das normas ISO 14001.

3.1 Uma breve descrição da gestão ambiental

Não é tão fácil entender o termo gestão ambiental, devido, principalmente a sua própria abrangência. Curi (2011, p. 91) sobre essa temática explica que:

A gestão ambiental é basicamente um ramo da administração de empresas que visa planejar, executar e verificar políticas ambientais no âmbito das organizações de modo a reduzir o impacto das atividades econômicas sobre a natureza

Já Barbieri (2008, p. 19) entende como sendo “as diretrizes e atividades administrativas e operacionais realizadas objetivando obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo os danos causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam”. De acordo com os estudos realizados pelo autor a gestão ambiental fundamenta-se sobre um tripé de atuação: o espaço; os agentes e os temas que terá à sua disposição. A dimensão espacial diz respeito às áreas que se pretende beneficiar com a gestão ambiental, a institucional, às pessoas ou entidades que tomarão iniciativa de cuidar da gestão ambiental e a dimensão temática representa as questões que a gestão ambiental está disposta a tratar.

Curi (2011) argumenta que o desenvolvimento da gestão ambiental ocorre pelo fato de que as empresas passaram a incorporar suas políticas ambientais como fator diferencial em sua competitividade. Com a ampliação do livre-comércio e da globalização, as empresas estariam preocupadas em ampliar suas participações de

venda em novos mercados. Como competir nesse contexto de mercados altamente oligopolizados, em que as grandes empresas conseguem amplas vantagens de economias de escala? A sustentabilidade poderia ser uma forma de conseguir espaço nos mercados internacionais.

Complementando esse contexto, Curi (2011, p. 79) ensina que:

Nas últimas décadas, a manipulação do poder de compra pelos clientes conscientes criou nichos “verdes” de mercado cada vez mais expressivos – um público preocupado com a questão ambiental e disposto a pagar mais por produtos ecologicamente corretos. O novo perfil de consumidor criou uma competitividade diferente: marca, preço e qualidade não bastam para garantir o sucesso de um empreendimento. O cliente do século XXI quer saber mais sobre a empresa, investigando o impacto socioambiental das suas atividades.

Tal concepção, ainda que possa ser atrativa na maneira em que confere amplos poderes ao consumidor, nos parece falha, pois exclui automaticamente todas as pessoas que não são consumidores. Há também as falhas de mercado que podem prejudicar parcialmente a tomada de decisão desse consumidor inexistente. No entanto, custa-nos imaginar que consumidores unidos facilmente conseguirão contrapor oligopólios. A tendência à concentração e à centralização dos capitais é permanente no capitalismo. Frente a grandes corporações que dividem entre si faixas de mercado, controlam preços, forjam padrões culturais e tem ampla influência política sobre o consumidor, que não tem poder de decisão, sendo considerado a parte mais frágil.

A reestruturação produtiva vivida a partir da difusão do modo de acumulação flexível tem importantes impactos também sobre o meio ambiente. No interior das transformações ocorridas no perfil dos trabalhadores, que passaram a ser polivalentes, surge a figura do “gestor ambiental”.

Curi (2011, p. 97) afirma que:

Conhecedor de legislação, ele planeja as atividades dentro dos moldes exigidos por lei, evitando ações judiciais e outros problemas decorrentes da exploração irresponsável da natureza e da comunidade local. Além disso, o gestor também escolhe equipamentos menos poluidores para diminuir o impacto ambiental provocado pela empresa. Afinal, o bom gestor conhece o velho ditado: prevenir é melhor que remediar.

A gestão ambiental parece casar o princípio da qualidade total do toyotismo com as políticas ambientais. Dessa forma, prezar pela sustentabilidade,

ainda que a empresa possua uma equipe de gestores ambientais que lidem mais diretamente com as questões ambientais, passa a ser tarefa de todos os níveis hierárquicos (BARBIERI, 2008).

De acordo com sua evolução histórica, Curi (2011) classifica a gestão ambiental no mundo em três períodos. No primeiro, predominava a postura corretiva, ou seja, as ações ambientais eram tomadas depois que os problemas surgissem. O segundo período se dá com o despontar do movimento ambientalista na década de 1970 e a realização das primeiras conferências sobre questões ambientais. Com os choques do petróleo, inicia-se nesse período também pela busca de fontes de energia alternativas e materiais mais eficientes. A terceira fase é a em que há maior ampliação das formulações teóricas e políticas acerca do meio ambiente e maior apropriação do discurso da sustentabilidade pelas empresas.

3.2 As formulações sistêmicas da gestão ambiental (SGA)

Como pode ser visto inicialmente, a gestão ambiental pode ser dividida em três períodos históricos. Colada a essa divisão, é possível identificar três padrões de abordagens da gestão ambiental. A formulação de uma abordagem integrada de ações ambientais depende do grau de envolvimento da empresa com as questões ambientais. De acordo com Curi (2011) há basicamente três formas de gestão ambiental empresarial: controle de poluição, prevenção da poluição e abordagem estratégica.

O controle de poluição é o tipo mais incipiente, pois visa basicamente a atender à legislação ambiental e a demandas correntes da população sem implantar amplas mudanças nos processos produtivos.

A prevenção à poluição é uma fase em que já há maior envolvimento da empresa com o meio-ambiente e uma preocupação central quanto aos insumos usados ao longo do processo produtivo. Nessa fase busca-se: uso de fontes de energia e materiais mais eficientes; reutilização e reciclagem (BARBIERI, 2004).

É importante saber que a crescente complexidade das abordagens de gestão ambiental vai de mãos dadas com a concepção que se têm do meio ambiente. Na fase de controle da poluição as práticas ambientais são encaradas como uma fonte de custos extras. Já na prevenção à poluição, a possibilidade de

formas mais eficientes de fontes energéticas e materiais gerarem uma queda nos custos faz com que se possa avançar na gestão ambiental.

Na terceira fase, a abordagem estratégica, as práticas ambientais da empresa são articuladas entre si e são mais abrangentes. Aí se dá a coroação da subsunção do meio ambiente ao lucro. A “sustentabilidade ambiental” se mostra como uma das fases da “sustentabilidade da rentabilidade empresarial”. O meio-ambiente entra nas preocupações da empresa por representar uma forma de vantagem competitiva (BARBIERI, 2004).

Curi (2011) no quadro 4 explica as três possíveis abordagens para a gestão ambiental empresarial.

Quadro 4 - Três abordagens possíveis para a gestão ambiental empresarial

	Controle de poluição	Prevenção de poluição	Abordagem estratégica
Preocupação básica	Cumprimento da legislação e resposta às pressões da comunidade	Uso eficiente dos insumos	Competitividade
Postura típica	Reativa	Reativa e proativa	Reativa e proativa
Percepção de empresários e administradores	Custo adicional	Redução de custo e aumento da produtividade	Vantagens competitivas

Fonte: Curi (2011)

Mesmo que se possam elencar em três fases as possibilidades de gestão ambiental empresarial, só se consegue uma forma muito geral de descrição das atividades. Cada empresa pode adotar um conjunto diferente de medidas para cada uma das três fases. Sendo assim, como compará-las? Que empresa teria um SGA mais eficiente? Como garantir a lisura das informações dadas pelas empresas, dado que lhes conviria a prática do “*Greenwashing*”⁹?

⁹ Greenwashing: é um termo utilizado para designar um procedimento de marketing utilizado por uma organização com o objetivo de prover uma imagem ecologicamente responsável dos seus produtos ou serviços. NEVES, Thayse Kiatkoski. GREENWASHING NO BRASIL: um estudo sobre os apelos ambientais nos rótulos dos produtos. Disponível em: <<http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Greenwashing-in-Brazil.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

A partir desses questionamentos a *International Organization for Standardization* (ISO) lançou 1996 um modelo de SGA, a família ISO14000, como pode ser visto no quadro 5.

Quadro 5 - Família ISO14000

NBR ISO 14001	Sistema de Gestão Ambiental	Definem as diretrizes de uso do SGA
NBR ISO 14004	Sistemas de Gestão Ambiental	Indicam as diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio
NBR ISO 14015	Gestão Ambiental	Definem padrões de avaliação ambiental de locais e organização
NBR ISO 14020	Rótulos e Declarações ambientais	Princípios gerais
NBR ISO 14024	Rótulos e Declarações Ambientais	Rotulagem ambiental tipo I – princípios e procedimentos
NBR ISO 14031	Gestão Ambiental	Avaliação de desempenho ambiental – fornece as diretrizes
NBR ISO 14040	Gestão Ambiental	Avaliação do ciclo de vida – princípios e estrutura
NBR ISO 14041	Gestão Ambiental	Avaliação do ciclo de vida – Definição do objetivo
NBR ISO 14042	Gestão ambiental	Avaliação do impacto do ciclo de vida
NBR ISO 14043	Gestão ambiental	Interpretação do ciclo de vida
NBR ISO 14050	Gestão Ambiental	Vocabulário
NBR ISSO/TR 14062	Gestão Ambiental	Integração de aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento do produto
NBR ISO 19001	Diretrizes para auditoria de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental	
ABNT ISSO/IEC Guia 64	Guia para inclusão de aspecto ambientais e normas de produtos	

Fonte: ABNT (1996)

Como pode ser visto no quadro 5, ISO 14000 apresenta-se como uma série de normas que foram criadas para estabelecer diretrizes específicas para atender as necessidades da área de gestão ambiental empresarial.

3.3 O sistema ISO 14001

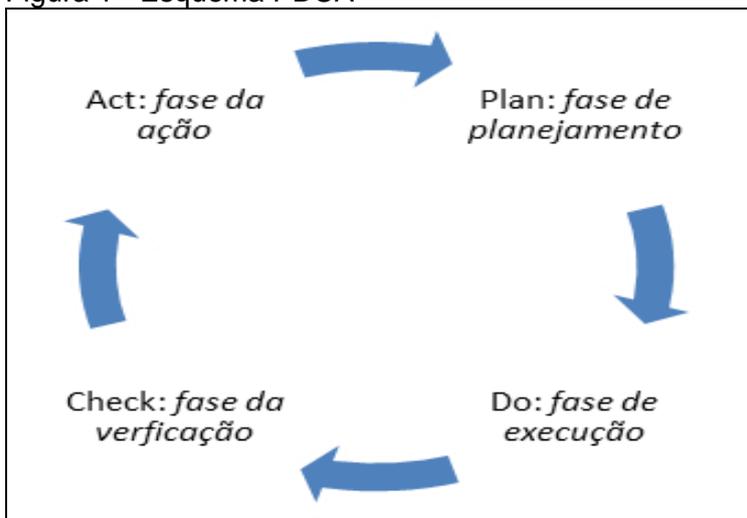
A ISO 14000 é um conjunto de famílias de normas que estabelecem ferramentas e sistemas de administração ambiental padronizando ferramentas-

chave de análise como: auditoria ambiental, rotulagem ambiental, análise do ciclo de vida entre outras.

Todas essas famílias partem de um eixo central que é a norma ISO 14001, que indica os requisitos necessários para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O objetivo é conduzir as organizações dentro de um SGA certificável, estruturado e integrado à atividade geral de gestão definindo os requisitos que quaisquer organizações, independente do tipo e tamanho devem apresentar.

Dentro destes requisitos estão o planejamento, a política ambiental, a verificação e a avaliação (o chamado esquema PDCA: *Plan, Do, Check, Act*), como está explicado na figura 1.

Figura 1 - Esquema PDCA



Fonte: Curi (2011)

É importante notar que o certificado ISO14001 proporciona uma avaliação mais global da empresa, dado que ele incorpora em suas exigências aspectos relacionados à gestão da qualidade. De acordo com Curi (2011, p. 124): “Em suma, o objetivo principal da ISO14001 é conciliar as estratégias de prevenção de poluição com as metas econômicas da empresa, garantindo a sustentabilidade de seus negócios”. As exigências do ISO14001 não se limitam ao cumprimento das obrigações legais.

Para melhor entendimento dessa temática, apresenta-se a figura 2 com as etapas da certificação ISO14001.

Figura 2 - Etapas da certificação ISO14001



Fonte: Curi (2011)

O primeiro passo a ser tomado é o de caracterização da empresa. Nessa fase é necessário realizar um levantamento das regulações ambientais gerais e específicas para o setor produtivo da empresa. Também é fundamental ter informações disponíveis dos tipos de impacto gerados pela empresa em cada etapa da produção de modo a se estabelecerem metas adequadas para a redução dos impactos negativos.

Uma vez mapeados esses aspectos, a segunda fase consiste na elaboração de uma política ambiental para a empresa. Trata-se de uma posição oficial da empresa em que constarão objetivamente os princípios que orientarão suas práticas ambientais e o meio pelo qual a empresa buscará a consecução dos seus objetivos. Nessa fase é fundamental o envolvimento da alta administração de modo a haver garantias objetivas do empenho institucional em torno das propostas elaboradas. Também é fundamental que haja a transmissão da política ambiental a todos os colaboradores por meio de capacitações.

Na política ambiental da empresa deve-se fazer claro o enquadramento nas regulações ambientais, a opção por práticas de prevenção de problemas ambientais e não somente de controle de poluição. Uma vez atendidos esses aspectos é fundamental que a política ambiental seja amplamente divulgada, garantindo a transparência.

O terceiro passo é o planejamento, fase em que se discriminarão o que precisa ser mudado na empresa de modo a se atingir as metas elaboradas e conservar o meio ambiente.

Por fim, é chegado o momento da execução da política ambiental. Para que se possa atingir os resultados esperados, é fundamental que as fases anteriores tenham sido bem executadas, de modo que as condições necessárias ao sucesso da política tenham sido garantidas pela alta administração, os colaboradores estejam conscientes de suas funções dentro da consecução dos objetivos e as funções distribuídas.

De modo a garantir que a política ambiental vem sendo executada é fundamental que constantemente ela seja verificada. Existe um crescente interesse pelas certificações emitidas por organizações externas às empresas. O processo para a obtenção desse tipo de certificado exige alguns trâmites burocráticos (CURI, 2011). A primeira etapa da certificação é a realizada pelo Organismo Normalizador em que serão elaboradas e emitidas as normas técnicas que orientarão as práticas empresariais. A *International Organization for Standardization* (ISO) é uma desses Organismos Normalizadores.

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a única representante da ISO. Uma vez definidas as normas de metrologia pelo Organismo Normalizador, entra em cena o Organismo Credenciador, o responsável pela criação de critérios para definir quem pode analisar os pedidos de certificação e emitir os certificados. No Brasil, o Organismo Credenciador é o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Por fim vem o Organismo Certificador, que efetivamente emite os certificados. As empresas interessadas em receber determinada certificação têm de solicitar ao Organismo Certificador a realização de duas auditorias. Na primeira, o Organismo Certificador aponta pendências a serem regularizadas. A empresa tem no máximo 90 dias para solucionar essas pendências e solicitar a segunda auditoria. Uma vez emitido o certificado, a empresa se compromete a realizar auditorias parciais semestrais e a cada três anos uma auditoria de recertificação.

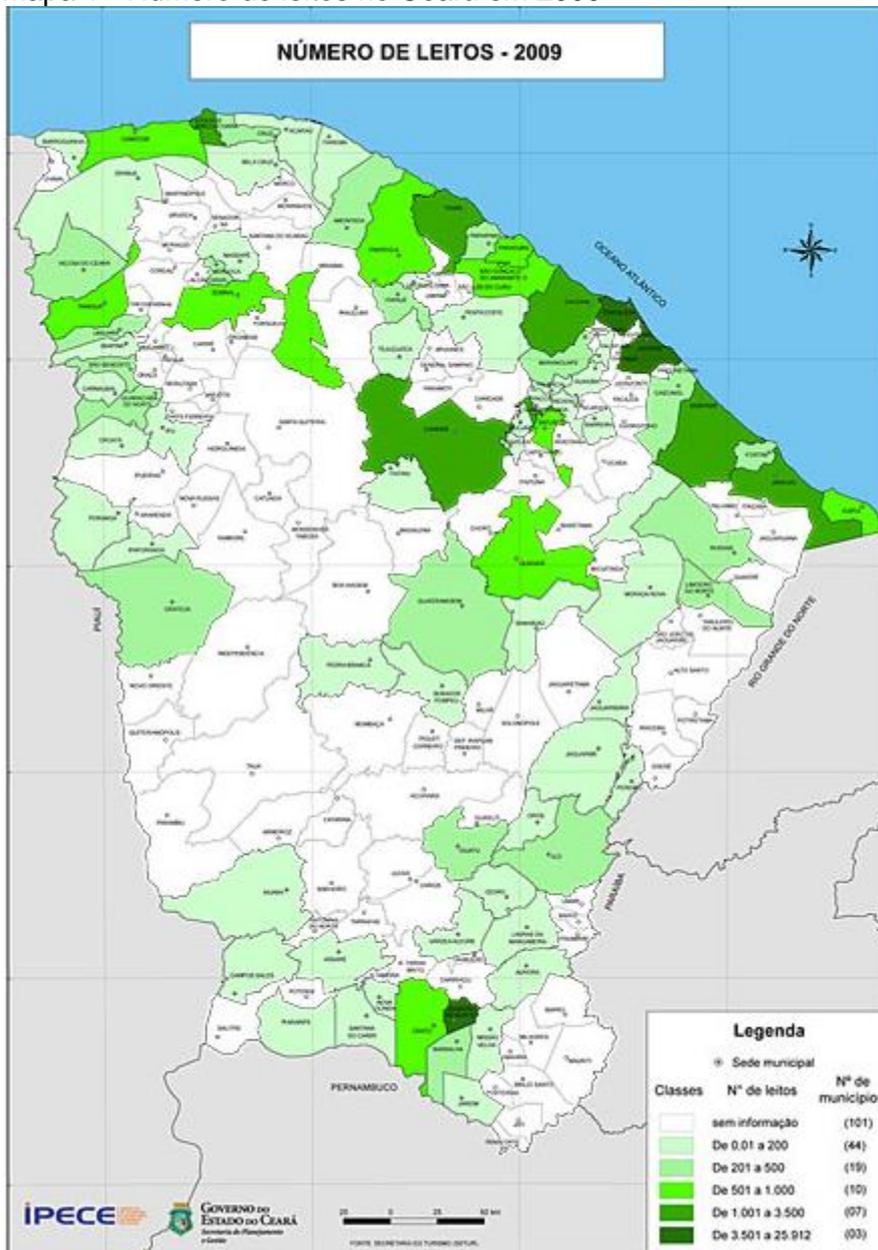
3.4 A questão da sustentabilidade no ramo hoteleiro

A hotelaria é enquadrada no setor terciário da economia, o setor de serviços. O serviço de hotelaria, de acordo com os estudos de Caon (2008), apresenta-se como uma mistura de produtos, ou seja, é visto como um conjunto de

serviços vendido ao cliente que abrange intangibilidades, segurança e conforto, assim como também bens físicos, alimentação, lavanderia, dentre outros.

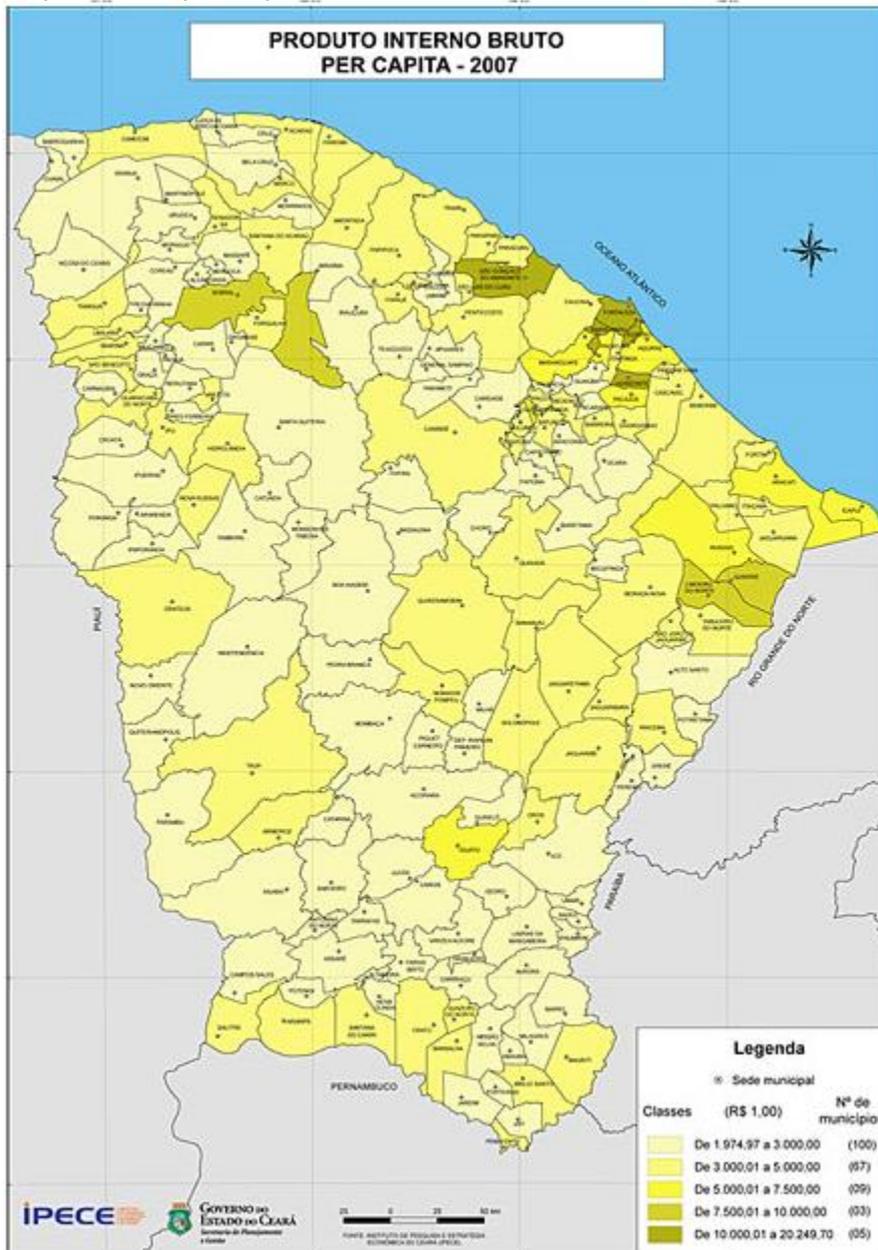
O setor hoteleiro no Brasil tem tido uma dinâmica muito colada à dinâmica da economia. Isso fica mais evidente se nos ativermos ao caso dos estados em que as atividades de turismo são importantes na movimentação da economia. Ao fazer um comparativo entre os mapas 1 e 2, ficará evidente a forte correlação que existe entre a concentração geográfica da renda e a oferta de leitos.

Mapa 1 - Número de leitos no Ceará em 2009



Fonte: Google (2015)

Mapa 2 - PIB per capita do Ceará em 2007



Fonte: Google (2015)

Durante o Milagre Econômico¹⁰ há uma grande expansão do setor consolidando algumas cadeias nacionais como Othon e Tropical, e instalando importantes cadeias internacionais como Sheraton. Ao longo da década de 1980 o setor passa por problemas devido à turbulenta situação econômica do país (crise da

¹⁰ O período 1968-1973 é conhecido como "milagre" econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). O chamado milagre econômico possibilitou a internacionalização da economia brasileira, já no cenário interno, ele gerou um mercado consumidor e a criação de alguns slogans de defesa do regime da ditadura: "Ninguém segura este país", "Pra frente Brasil", ou mesmo o que dava um ultimato aos opositores do regime, "Brasil: ame-o ou deixe-o". VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Rev. Bras. Econ.* [online]. 2008, vol.62, n.2, pp. 221

dívida e inflação). Com a estabilização em 1994 e a abertura da economia há uma nova expansão do setor hoteleiro e a instalação de novas cadeias internacionais como Marriot e Accor. Com a realização de importantes eventos esportivos no país nos próximos anos há a expectativa de que o setor passe por uma nova expansão.

Ao longo dessa evolução histórica do setor e acompanhando a tendência da difusão das práticas de “sustentabilidade” por parte das empresas, vêm crescendo as iniciativas de implementação de gerenciamento ambiental no setor hoteleiro. De acordo com Schenini, Lemos e Silva (2002, p. 57).

[...] os hotéis também usam recursos naturais e, ao utilizá-los, provocam sua redução, representando significativo impacto ambiental. Impactos também decorrentes do lixo gerado, dos equipamentos, dos produtos de uso diário, de efluentes líquidos misturado com detergentes e outros objetos orgânicos lançados em mares e rios.

Um marco institucional recente no setor hoteleiro e que impulsionou a difusão de práticas ambientais articuladas em torno de um sistema de gestão foi a nova Classificação dos Empreendimentos Hoteleiros, que incluiu aspectos como responsabilidade e gestão ambiental como critério de avaliação. De acordo com Brasil (2011, p. 135), os quesitos para avaliação dessa área são os seguintes:

- 1 Medidas permanentes para redução do consumo de energia elétrica;
- 2 Medidas permanentes para redução do consumo de água;
- 3 Medidas permanentes para o gerenciamento dos resíduos sólidos, com foco na redução, reuso e reciclagem;
- 4 Monitoramento das expectativas e impressões do hóspede em relação aos serviços ofertados, incluindo meios para pesquisar opiniões, reclamações e solucioná-las;
- 5 Programa de treinamento para empregados;
- 6 Medidas permanentes de seleção de fornecedores (critérios ambientais, socioculturais e econômicos) para promover a sustentabilidade.
- 7 Medidas permanentes de sensibilização para os hóspedes em relação à sustentabilidade;
- 8 Medidas permanentes para valorizar a cultura local;
- 9 Medidas permanentes de apoio a atividades socioculturais;
- 10 Medidas permanentes para geração de trabalho e renda, para a comunidade local;
- 11 Medidas permanentes para promover produção associada ao turismo;
- 12 Medidas permanentes para minimizar a emissão de ruídos das instalações, maquinário e equipamentos, das atividades de lazer e entretenimento de modo a não perturbar o ambiente natural, o conforto dos hóspedes e a comunidade local;
- 13 Medidas permanentes para tratamento de efluentes; e,
- 14 Medidas permanentes para minimizar a emissão de gases e odores provenientes de veículos, instalações e equipamentos.

Tais quesitos podem ser divididos em três grandes blocos: as ações que visam redução de custos (1 e 2); as ações que visam diminuir o impacto ambiental das atividades desenvolvidas no setor (3, 6, 7, 13 e 14) e as ações de cunho social (5 e 8 a 12). O quesito 4 diz mais respeito à política de relacionamento da corporação com seus cliente não tendo relação com o meio ambiente.

Sobre as ações de redução de custos seguramente elas gerarão algum tipo de impacto positivo no meio ambiente, dado que se estará reduzindo a utilização de recursos naturais, no entanto a preocupação primordial nesses casos não é o meio ambiente e sim uma readequação de custos.

Uma vez explicados aspectos teóricos mais gerais ligados à área da sustentabilidade empresarial e mais especificamente no setor hoteleiro, é fundamental seja verificado como efetivamente se dá a concretização desses aspectos. No próximo capítulo realiza-se um breve estudo de caso de um hotel que buscou implantar um SGA.

4 UM BREVE ESTUDO DE CASO DO HOTEL VERDEGREEN

Tendo como base os aspectos analisados ao longo desse trabalho, a evolução da temática ambiental, o caráter ideológico do conceito de desenvolvimento sustentável e como paulatinamente o discurso da sustentabilidade foi incorporado às empresas como uma forma alcançar vantagem competitiva.

Agora é importante evidenciar como esses aspectos ocorrem efetivamente. Diante desse contexto, optou-se por realizar um breve estudo de caso do hotel “VerdeGreen”, localizado em João Pessoa, Paraíba. Ao longo desse capítulo buscaremos identificar os aspectos teóricos anteriormente descritos.

4.1 Apresentação

O Hotel VerdeGreen foi inaugurado em 2008 buscando como diferencial *“fazer de cada hospedagem uma experiência de acolhida diferenciada pelo cuidado e respeito com as pessoas e com a natureza”* (VERDEGREEN HOTEL, 2015, on line). O hotel é considerado de médio porte e possui 140 unidades habitacionais.

Ele é categorizado como um equipamento hoteleiro *ecodesign*, para isso tem como política: desenvolver uma equipe, de forma permanente e contínua, para que através de atitudes simples e concretas, possam sensibilizar os clientes, fornecedores e comunidades. Também busca priorizar a aquisição e a correta utilização de produtos e tecnologias de baixo impacto ambiental. Para tanto, o Hotel VerdeGreen se vale de um sistema de indicadores para avaliar o cumprimento desses objetivos como o índice de eficácia das práticas socioambientais (não obtivemos maiores informações da metodologia utilizada para a formulação desse índice) e o percentual de metas cumpridas com o consumo de produtos e tecnologias de baixo impacto ambiental.

Em sua infraestrutura estão incluídos sistemas de economia de energia como os sistemas de captação de energia solar, elevadores inteligentes, sensores para controle da luz, ar condicionado menos poluente e de baixo consumo; e sistemas de reaproveitamento e economia de água (por meio de descarga com duplo acionamento) e torneiras com sensores para controle de água.

A empresa está dividida organizacionalmente em seis departamentos: Hospedagem, Eventos, Governança, Alimentos e Bebidas, Manutenção e Controladoria.

Nos anos de 2012 a 2015, ganhou o Certificado de Excelência TripAdvisor. Este prêmio é concedido aos estabelecimentos que após uma pesquisa com os viajantes no TripAdvisor, recebem pontuação máxima. Além desse o Hotel recebeu:

Em 2015 o Selo Ecolíderes, um programa desenvolvido pelo TripAdvisor que premia os hotéis e pousadas comprometidos com práticas sustentáveis, facilitando a pesquisa e a reserva dos viajantes que procuram uma estada voltada para a sustentabilidade (VERDEGREEN HOTEL, 2015, on line).

O Hotel oferece aos seus clientes um ambiente moderno, com salas que foram projetadas pelo artista plástico pernambucano Maurício Silva. As instalações busca manter uma perfeição harmônica, unidas a um simpático atendimento, fazendo com que o hospede se sinta bem acolhido.

4.2 A Política Ambiental do VerdeGreen

A política ambiental elaborada no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do Hotel VerdeGreen é pautada nos princípios anteriormente descritos do PDCA (*Plan, Do, Check, Act*). Dessa forma, o hotel busca abranger em seu SGA todas as atividades do hotel de modo a atender as necessidades das partes envolvidas: clientes, acionistas, parceiros e sociedade.

Organizacionalmente há o Comitê Verde de implantação do SGA, cujas atribuições são basicamente as de elaborar a política ambiental; realizar reuniões de balanço do avanço da consecução das metas (que são chamadas de Reuniões Verdes).

À gerência geral cabe garantir a integridade do SGA, aprovar os procedimentos operacionais da política ambiental junto aos setores do hotel. Para garantir o cumprimento do SGA, a gerência geral aprova os devidos recursos, sendo estes relacionados à aquisição de máquinas e equipamentos; contratação de pessoal especializado e obras de estrutura voltadas aos aspectos ambientais. Estes recursos são formalizados nos seguintes documentos:

- Orçamento Operacional: contém todas as despesas relacionadas a operação do hotel. É elaborado pela equipe do Hotel e pela Administradora, sendo aprovado pelos acionistas;
- Orçamento Matriz: contempla os investimentos para implantação e despesas não operacionais;
- Fundo de Reserva: específico para investimentos, relaciona a um percentual do faturamento da empresa (VERDEGREEN HOTEL, 2015, on line).

Também existe um outro agente importante na política ambiental do VerdeGreen que é o Representante da Administração, que busca promover o SGA, implementar e prezar pela manutenção dos seus processos e realizar relatos sistemáticos ao Comitê Verde e à Gerência Geral sobre a evolução do SGA, bem como representar externamente a empresa no que se refere ao sistema.

Além das Reuniões Verdes são realizadas reuniões mensais de análise crítica e Workshops trimestrais em que cada setor do hotel apresenta o avanço específico do cumprimento das suas metas e o Comitê Verde apresenta os avanços globais da política ambiental da empresa.

Como exposto anteriormente, um aspecto importante dentro das normas ISO14001 é a capacitação oferecida pela empresa de modo a preparar seus funcionários para compreender e executar a política ambiental elaborada. Em Maciel, Pinto e Brandão (2012) há a exposição de uma pesquisa qualitativa realizada no Hotel Verdegreen e que realizou uma breve avaliação de aspectos das práticas de gestão de pessoas nesse estabelecimento.

Nesse estudo foram aplicados questionários e realizadas entrevistas separadas com 10 funcionários do hotel, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Resultado da pesquisa

ÍTENS	ÓTIMO		BOM		REGULAR		RUIM	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1) Ambiente de trabalho	4	40	6	60				
2) Salário	5	50	3	30	2	20		
3) Instalações físicas e equipamentos de trabalho	6	60	4	40				
4) Gostado que faz	4	40	5	50	1	10		
5) Treinamentos que são oferecidos	9	90	1	10				
6) Relação com o superior imediato (Gestor)	6	60	4	40				
7) Alimentação	8	80	2	20				
8) Reconhecimento	8	80	1	10	1	10		
9) Trabalho em equipe	7	70	3	30				
10) Programas de qualidade de vida	8	80	2	20				

Fonte: Dados primários (2015)

Percebe-se com as respostas obtidas que a maioria dos funcionários entrevistados está satisfeito com os benefícios oferecidos pelo hotel, especialmente em relação a treinamentos, reconhecimento e programa de qualidade de vida. Contudo, percebe-se que com relação ao salário, existem alguns que não estão tão satisfeitos.

Durante o processo de seleção, os candidatos são apresentados às práticas ambientais da empresa, sob a responsabilidade do gerente de sustentabilidade. Mas os autores também identificam importantes falhas e restrições na política de recursos humanos do hotel.

Portanto a avaliação que se pode fazer a respeito do PG 05 [Procedimento de Gestão 05, uma espécie de “cartilha” que descreve como devem ser realizadas as diversas atividades do hotel] é que na prática percebe-se que ele não é concretizado em sua totalidade, o que existe é a aplicação isolada de alguns procedimentos de gestão de pessoas por ele propostos, porém outras orientações não são seguidas e as ações vão sendo implementadas de maneira não sistemática (MACIEL; PINTO; BRANDÃO, 2012, p. 10).

Não é difícil notar as contradições da gestão ambiental tornarem-se visíveis ao longo do desenvolvimento da política ambiental. De acordo com os documentos da gerência, o hotel tem por princípios e valores os seguintes pontos:

- Comportamento ético: atuamos de forma coerente com nossos princípios e valores, incentivando a reciprocidade e a lealdade para com nossos clientes, colaboradores, fornecedores e comunidade local;
- Espírito de equipe: valorizamos o comprometimento, a empatia e o respeito como forma de garantir a cooperação, a produtividade e o desenvolvimento de pessoas;
- Cultura de sinceridade: fomentamos a comunicação transparente, criando um ambiente de trabalho saudável e motivador;
- Clientividade: praticamos a excelência nas relações com nossos clientes, antecipando e atendendo plenamente suas necessidades e expectativas com soluções criativas e inovadoras; e,
- Foco nos resultados: incentivamos a geração de valor como forma de garantir o crescimento sustentado da empresa (VERDEGREEN HOTEL, 2015, on line).

Inicia-se uma reflexão sobre alguns desses pontos pelo espírito de equipe. É fundamental despir a bela roupagem que a linguagem da administração confere a esses termos. A que tipo de equipe na realidade se refere o texto? Dificilmente se pode pensar que esse termo tenha traços mais radicais, o que seria a autogestão. Trata-se mais de uma forma de fazer com que os trabalhadores (ou, na linguagem da administração, colaboradores) assumam o discurso da alta gestão e,

na realidade, se curve aos objetivos daquela. Em sendo uma equipe, é justo que todos se esforcem o máximo pela equipe. Mas, analisando esse mesmo fato pelo lado da realidade e das contradições do modo de produção capitalista, trata-se de uma forma de potencializar a geração de excedente por parte dos trabalhadores.

O ponto “foco nos resultados” deixa evidente, no caso do VerdeGreen, o aspecto que viemos destacando ao longo de nosso trabalho de que o meio ambiente entra na questão empresarial ao longo das possíveis fontes de lucro. A “geração de valor” a que se faz alusão aí são as políticas da empresa (a ambiental aí inclusa) é um meio de se “garantir o crescimento sustentado”, ou seja, o mesmo mecanismo de se obter a mais valia fundamenta do modo de produção capitalista e sua tendência à expansão rivalizando o meio-ambiente.

5 CONCLUSÃO

Ao longo desse breve trabalho, buscou-se levar em consideração a evolução da questão ambiental fundamentalmente dentro das contradições que surgem entre crescimento e desenvolvimento econômico e meio ambiente.

As reflexões foram centradas nas práticas cada vez mais difundidas de sustentabilidade e gestão ambiental. É importante destacar que a sustentabilidade vem se apresentando como uma forma da sociedade atender as necessidades dos dias atuais, sem que para isso seja comprometida as necessidades das gerações futuras. Para isso, ao longo dos anos foram realizadas convenções para reduzir os impactos ambientais gerados, sendo discutida diversas medidas de controle a poluição e degradação ambiental.

Diante dessa nova proposta as empresas passaram então a preocupar-se mais com questões ambientais, embora não seja tão fácil e simples, pois exige-se o equilíbrio na esfera social ambiental e econômica. Contudo, é importante destacar que a responsabilidade social, ética e ambiental, nos dias atuais é visto como um dos importantes requisitos para sobrevivência no mercado.

Nota-se que nos dias atuais, a sociedade vem se preocupando com questões ambientais, segurança, qualidade dos produtos e serviços, fazendo com que as empresas repensem na sua proposta de trabalho.

O desenvolvimento sustentável tem sido utilizado por meio do Sistema de Gestão Ambiental como forma de expandir novos nichos de mercado representado por consumidores que estão surgindo mais consciente com relação às questões ambientais.

Buscou-se com o estudo de caso do Hotel VerdeGreen evidenciar tais aspectos. Os diversos prêmios e certificações conquistados na realidade são mais um atestado em conseguir subsumir o meio ambiente ao capital do que liberar aquele deste.

Ciente de que essa pesquisa alcançou sua proposta inicial, sabe-se que este estudo ainda pode ser aperfeiçoado. Assim, sugere-se para pesquisas futuras a aplicação de um novo instrumento de coleta de dados, para analisar a percepção dos gestores de outros segmentos sobre a percepção deste em relação a gestão ambiental e sustentabilidade como forma de alcançar competitividade.

REFERÊNCIAS

ABNT - Sistemas de Gestão Ambiental - **Especificações e diretrizes para uso - NBR 14001**, Rio de Janeiro, 1996.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**: alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BACHELET, Michel. **Ingerência Ecológica**: Direito Ambiental em questão. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. Ed. Saraiva. São Paulo-SP, 2004.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**. Grito da Terra, Grito dos Pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRASIL. **Portaria nº. 100, de 16 de junho de 2011**. Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências. Brasília, 21 jun. de 2011.

CAON, M. **Gestão estratégica dos serviços de hotelaria**. São Paulo: Atlas, 2008.

CARTILHA CONSUMO SUSTENTÁVEL. **Fortaleza**: Associação Civil Alternativa Terrazul, 2005. 32 p. Disponível em: <<http://www.terrazul.m2014.net/spip.php?article151>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, I. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.13-24.

CAVALCANTE, Enoque Gomes. **Sustentabilidade do desenvolvimento**: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma. 5. ed. Recife: UFPE, 2004.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CURI, D. **Gestão ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011

FERREIRA, Luiz Alberto. **Formação técnica para o ecodesenvolvimento**: uma avaliação do ensino técnico agrícola em Santa Catarina no período 1992-2002. 2003. Disponível em: <<http://www.ufsc.br>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

FRANCO, Augusto de. Porque precisamos de desenvolvimento local e integrado e sustentável. IN: **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Tania Fischer (Org.). Salvador: Casa de Qualidade, 2002.

GRADVOHL, Albert Brasil. **Gestão Econômica Ambiental**. 2. ed. rev. Fortaleza: Gráfica Unifor, 2005.

KRÜGER, Eduardo. **Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental**. Disponível em: <<http://www.ppgte.cefetpr.br/selecao/.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

LAYARGUES, P. **O Cinismo da Reciclagem**: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MACIEL, S. E.; PINTO, R. F.; BRANDÃO, J. M. **As práticas de gestão de pessoas na Hotelaria**: Um estudo de no Verdegreen Hotel. IN IX Congresso da Associação Nacional de Pesquisas e Pós-Graduação em Turismo. 2012

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: administração do terceiro setor. 4. ed. São Paulo: Qualitymark, 2005

NEVES, Thayse Kiatkoski. **GREENWASHING no Brasil**: um estudo sobre os apelos ambientais nos rótulos dos produtos. Disponível em: <<http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Greenwashing-in-Brazil.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

NUNES, Mônica. **Planeta sustentável**. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/caracteristicas-hotel-sustentavel-599063.shtml>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

OLIVEIRA FILHO, Jaime E. **Gestão ambiental e sustentabilidade**: um novo paradigma eco-econômico para as organizações modernas. Domus on line: Revista Teórica Política Social e Cidadã. 2010. Disponível em: <http://fbb.br/downloads/domus_jaime.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2016.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista direitos Fundamentais & Democracia**. v. 6, 2009.

SCHENINI, P. C.; LEMOS, R. N.; SILVA, F. N. **Sistema de gestão no segmento hoteleiro**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Boletim 2014**: A importância da formalização dos meios de hospedagem. Disponível em: <http://www.sebraemercados.com.br/wp-content/uploads/2015/10/2013_08_14_BO_Agosto_Turismo_Formaliza%C3%A7%C3%A3o_pdf.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2015.

SILVEIRA, Caio Márcio. Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. IN: **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Tania Fischer (Org.). Salvador: Casa de Qualidade, 2002.

VALLE, Cyro Eyer do. Qualidade ambiental: como ser competitivo protegendo o meio ambiente: (como se preparar para as Normas ISO 14000) São Paulo: Pioneira, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Rev. Bras. Econ.** [online]. 2008, vol.62, n.2, pp. 221-226.

APÊNDICE

APÊNDICE A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro Participante:

Gostaríamos de convidá-lo a participar como voluntário da pesquisa intitulada “Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental: um estudo de caso do hotel VerdeGreen” que se refere a uma pesquisa desenvolvida pela aluna Camila Barbosa Franco, a qual pertence ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará – UFC

O objetivo deste estudo é fazer uma análise do processo de aplicação do sistema de gestão ambiental em uma empresa hoteleira.

Sua forma de participação consiste em responder a entrevista. Informo que você tem o direito e a liberdade de negar-se a participar do estudo ou desistir de participar, mesmo após a aplicação do formulário, se assim o desejar, sem nenhum prejuízo moral, físico ou social e sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo financeiro e/ou em seu tratamento e acompanhamento.

Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Gostaria de deixar claro que sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo ao seu cuidado.

Desde já, agradeço sua atenção e participação e colocando-me à disposição para maiores informações.

Eu _____, confirmo que Camila Barbosa Franco explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2015

Assinatura do Sujeito da Pesquisa

Camila Barbosa Franco
Pesquisadora
Rua: João Cordeiro, nº 2839. Joaquim Távora. Fortaleza - CE
Cel. 085- 9 9676.8728

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral
Pesquisador Responsável

